



Reunião Ordinária – Ata nº 15/2013

Data – 2013-07-22

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.20 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos

Falta: não esteve presente o vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.

Falta justificada: o vereador António Belém Coelho apresentou justificação à falta registada na reunião de 8 de julho de 2013, que foi considerada devidamente justificada.



Resumo Diário da Tesouraria de 19-07-2013:

a) Dotações Orçamentais € 5.796.071,40
b) Dotações não Orçamentais €52.923,94

Total das Disponibilidades €5.906.870,96



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando as boas vindas aos participantes no Campo de Férias Bit&Byte, promovido pela autarquia, no Centro de Dinamização das Novas Tecnologias (Pirâmide), que vieram hoje conhecer o executivo.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do vereador António Manuel Belém e Ferreira Coelho, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por dar conta da situação da Câmara Municipal na recente edição do "Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses", referente aos exercícios económicos dos anos 2011 e 2012, documento esse que é editado, desde 2005, pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e que foi apresentado no passado dia 11 de julho, conforme consta da informação da Chefe da Divisão Financeira de 16 de julho de 2013. - 131227

Disse que neste documento são analisados e comentados os documentos de Prestação de Contas dos Municípios e a informação patrimonial, económica, financeira e orçamental, agregada para a totalidade dos Municípios e por grandes grupos, atendendo à dimensão (183 municípios pequenos, 101 médios e 24 grandes municípios), sendo ainda analisadas as contas de 293 empresas municipais e de 29 serviços municipalizados, nos quais se incluem os Serviços Municipalizados de Abrantes.

No contexto dos 308 Municípios, o Município de Abrantes é o 76º em número de habitantes e aparece incluído no grupo de municípios de média dimensão (grupo de municípios com população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes).

Após leitura e análise dos vários capítulos do Anuário, conclui-se que todas as referências feitas ao Município de Abrantes são positivas. Não se verifica a referência ao Município de Abrantes em qualquer um dos mapas de indicadores ou rácios que traduzem situações orçamentais e financeiras negativas.

No Capítulo 2 - "*Análise da Execução Orçamental dos Municípios*", o Município de Abrantes aparece referenciado no quadro R13 - "*Municípios com maior aumento de IMT - 2011*", no qual aparece posicionado em 23º lugar no ranking dos 308 municípios do país, tendo registado um aumento na coleta de 129.478,00€ (+14.7%), neste âmbito. Sobre estes dados a Presidente da Câmara esclareceu que o aumento não se deve ao aumento das percentagens do imposto aplicadas no concelho, mas sim ao eventual aumento de imóveis transacionados.

Disse que o Município de Abrantes é, igualmente, referenciado no Capítulo 3 - "*Análise Financeira, Económica e Patrimonial dos Municípios*", nomeadamente, no quadro R41: "*Municípios com maior aumento de passivo exigível, em 2011*", posicionado no 30º lugar com uma taxa de variação de 15%, face a 2010 (2.834.012,00€), justificado pelo volume de investimento que se encontrava em curso para execução do QREN (como sejam, os Centros Escolares de Alferrarede, Rio de Moinhos e Bemposta, a Requalificação da EB1 de Tramagal, o Aquapolis - Margem Sul, etc.).

Em contrapartida, no ano 2012, conforme consta do quadro R42 - "*Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível*", o Município de Abrantes surge no 43º, tendo diminuído a dívida em 4.411.329,00€ (-20%).

Encontra-se, igualmente, referência ao Município de Abrantes no quadro R46 - "*Municípios com menor índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior*". Neste quadro, o Município aparece posicionado em 45º, apresentando um índice de 37,2%. Tal significa que, o endividamento líquido correspondeu, em 2012, a 37% da receita do ano 2011

(valor significativamente aquém do apresentado pelo 50º Município do quadro dos Municípios com maior índice de endividamento, que apresentou um índice de 181,9%).

O quadro R53 refere-se aos "*Municípios com Maior Liquidez, referenciada a 2012*". Nele, o Município de Abrantes aparece referenciado na 17ª posição no *ranking*, sendo que apenas 129 Municípios do país apresentaram liquidez positiva. A posição de Abrantes sai reforçada, ainda mais reforçada neste âmbito, quando analisado o ranking dos Municípios de média dimensão. Apenas 37 dos 101 Municípios de média dimensão apresentaram liquidez positiva e, nesse âmbito Abrantes surge na 10ª posição.

Para além de analisar a conformidade e fiabilidade das contas, o Anuário, analisou, no capítulo 5 - "*Ranking Global*", a eficiência na utilização dos recursos financeiros por parte de cada um dos municípios. Dessa análise resultou um ranking global dos municípios com base num conjunto de 15 indicadores previamente definidos, tendo sido selecionados os 10 melhores municípios de grande dimensão, os 30 melhores municípios de média dimensão e os 50 melhores municípios de pequena dimensão. São líderes neste âmbito:

Municípios de grande dimensão - Amadora;

Municípios de média dimensão - Castelo Branco;

Municípios de pequena dimensão - Coruche.

Como referido, o Município de Abrantes, integra o grupo de municípios de média dimensão, ocupando o 19º lugar no "*ranking global dos 30 melhores municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira (2010-2012)*", sendo o 1º do distrito de Santarém."

Por último, deu conta de alguns outros elementos sobre os Municípios Portugueses que podem ser retirados da publicação:

- A dimensão média dos municípios portugueses (34,5 mil hab.) é superior à da maioria dos países europeus, sendo apenas ultrapassada pela Dinamarca (56 mil hab.) e pelo Reino Unido (152 mil hab.);
- A despesa global dos municípios corresponde a apenas 14,7% do PIB (3º valor mais baixo dos países europeus);
- Forte centralização da atividade do Estado, refletida pelo peso das despesas locais no total das despesas públicas (variação entre 11% e 16%);
- A independência financeira dos Municípios apresenta uma grande amplitude, variando entre 89% (Lisboa) e 1% (Corvo);
- O peso do recurso ao crédito nas receitas totais baixou 9%, entre 2009 e 2012. Em 2012, o peso médio dos passivos na receita total foi de 2% (-3% do que em 2011);
- A taxa de execução da receita apresentou-se baixa (<60%);
- As transferências continuam a ser a fonte de receita mais representativa na estrutura da receita autárquica (cerca de 44% da receita total), embora as receitas provenientes do Estado tenham diminuído progressivamente desde 2010;
- O volume da receita creditícia (empréstimos bancários) baixou em 2012, para níveis de 2007;
- A despesa comprometida tem excedido de forma significativa a receita cobrada, provocando um excesso de despesa em relação aos meios de pagamento disponíveis, colocando muitos municípios em risco de incumprimento financeiro;
- Em 2012, faltava liquidez a 58% dos municípios portugueses.

Tomado conhecimento.

Nº 42 - Tendo em conta o período de férias dos elementos do executivo, a Presidente da Câmara colocou à consideração dos vereadores a eventual alteração às datas de realização das reuniões de Câmara durante o mês de agosto.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, alterar a reunião de câmara que teria lugar no 19 de agosto para 26 de agosto, mantendo-se as restantes reuniões agendadas.



VEREADOR RUI SERRANO

O vereador Rui Serrano informou que estará de férias de 12 a 30 de agosto de 2013.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão deu conta que gozará um período de férias, entre os dias 6 e 14 de agosto de 2013.

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O vereador Manuel Jorge Valamatos deu conta dos resultados individuais alcançados pelos atletas do concelho durante o mês de julho:

- 6 e 7 de julho - Francisca Laia (C.D. "Os Patos") - Campeã Nacional em K2 200 metros e K2 500 metros, Vice-Campeã Nacional em K1 200 metros e bronze no K1 500 metros (Canoagem);
- 6 e 7 de julho - António Trigo (C.D. "Os Patos") - Campeão Nacional em K2 200 metros, Vice-Campeão (K4 1.000 metros) e bronze (K1 200 metros) (Canoagem);
- 6 e 7 de julho - Margarida Neves (C.D. "Os Patos") - Vice-Campeã Nacional nos 200 metros (Canoagem);
- 6 e 7 de julho - Francisco Cruz (C.D. "Os Patos") - Vice-Campeão Nacional (para-canoagem);
- 7 de julho - Larissa Vieira (Sporting Clube de Portugal) - Vice-Campeã Nacional de Júniores nos 100m barreiras (Atletismo);
- 7 de julho - Marco Rodrigues (Juventude Vidigalense) - 3º no Campeonato Nacional de Júniores (4x400m) (Atletismo);
- 13 de julho - Susana Estriga (JOMA) - Campeã Nacional de Veteranos (escalão 35 anos) nos 100m Barreiras e 100m planos (Atletismo);

21
C. L.

- 13 de julho - Ana Vieira (Casa do Benfica em Abrantes) - Vice-Campeã Nacional de Veteranos (escalão 45 anos) nos 100m (Atletismo);
- 13 de julho - Raquel Laland (Casa do Benfica em Abrantes), Vice-Campeã Distrital nos 1.500m e 3.000m obstáculos (Atletismo);
- 13 de julho - Susana Rosa (Casa do Benfica em Abrantes) - 3ª nos 3.000m obstáculos do Campeonato Distrital (Atletismo);
- 14 de julho - Susana Estriga (JOMA) - Campeã Nacional de Veteranos (escalão 35 anos) nos 200m, melhorando o Record Nacional, que já lhe pertencia (Atletismo);
- 14 de julho - Ana Vieira (Casa do Benfica em Abrantes) - Vice-Campeã Nacional (escalão 45 anos) nos 200m (Atletismo);
- 14 de julho - Octávio Vicente (Garmin Olímpico de Oeiras) - Campeão Nacional de Triatlo Longo (escalão 25 - 29 anos);
- 14 de julho - Mariana Rodrigues (Sporting Clube de Abrantes) - Vice-Campeã Distrital do Salto em Comprimento e 3ª no Salto em Altura (Atletismo);
- 14 de julho - Raquel Laland (Casa do Benfica em Abrantes), 3ª nos 800m do Campeonato Distrital (Atletismo);
- 18 de julho - Ana Margarida Salgueiro (C. Náutico de Abrantes) - Campeã Nacional de Juvenis nos 100m Bruços (Natação);
- 20 de julho - Ana Margarida Salgueiro (C. Náutico de Abrantes) - Campeã Nacional de Juvenis nos 200m Bruços (Natação);
- 21 de julho - Mariana António (Sporting Clube de Abrantes) - Vencedora do Atleta Completo Nacional (Iniciados) (Atletismo), sendo esta a mais importante de provas combinadas de jovens a nível nacional.
- 21 de julho - Nuno Jorge Inácio - Campeão Nacional (BTT)

Tomado conhecimento.



Em seguida, deu conhecimento que no próximo dia 28 de julho decorrerá no Parque Urbano de são Lourenço a I Estafeta BTT de Abrantes, organizado pelo Clube Orientação e Aventura. No dia 3 de agosto de 2013, no Aquapolis, terão lugar o Campeonato Nacional de Esperanças - Canoagem e Primeiras Pagaiadas, ambos organizados pela Federação Portuguesa de Canoagem e pelo Clube Desportivo "Os Patos".

Tomado conhecimento.



Por fim, informou que estará de férias de 26 de julho a 4 de agosto de 2013.

Tomado conhecimento.

R1
Cet

VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O vereador Santana-Maia Leonardo apresentou um pedido de esclarecimentos que, por ser extenso, se anexa, subscrito pelos vereadores eleitos pelo PSD, relativamente à aquisição de 30 oliveiras para o Centro Escolar de Alferrarede, no qual solicitam informação sobre o seguinte: - 126282 - 131274

- *"se a Camara de Abrantes efetuou uma reprogramação financeira do projecto.*
- *em caso afirmativo: (a) em que data a mesma foi aprovada; (b) qual o montante que acresceu ao montante inicial; (c) a que se destinou o dinheiro recebido, para além da aquisição das oliveiras.*
- *quais foram as outras empresas do ramo que foram consultadas pela Camara, como manda a boa gestão autárquica, antes de comprar as oliveiras a Aeroflora.*
- *qual a justificação para o ajuste directo das oliveiras ter sido realizado um ano após a inauguração do Centro Escolar.*

Em caso de ter havido uma reprogramação financeira do projecto, os vereadores eleitos pelo PSD vem requerer que este executivo solicite a CCDR Centro os seguintes esclarecimentos:

- *se houve mais camaras a solicitar a reprogramação financeira dos centros escolares;*
- *em caso afirmativo: (a) quais; (b) em que datas as mesmas foram aprovadas; (c) quais os montantes recebidos por cada uma; (d) e a que se destinou esse dinheiro (ou seja, para comprar ou pagar o quê)."*

A Presidente da Câmara remeteu os esclarecimentos para os serviços para informar.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 01 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete o ofício do Embaixador do Japão, datado de 28 de junho de 2013, a agradecer a colaboração da Câmara Municipal no âmbito da presença, em Abrantes, do grupo musical japonês – "Kiwi & the Papaya Mangoes", no passado dia 16 de junho.

Tomado conhecimento.



Nº 02 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete o Plano de Ação para 2013-2014, enviado pelo Rotary Clube de Abrantes, datado de 07 de julho de 2013.

Tomado conhecimento.

Nº 03 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresenta diversa correspondência do Grupo Parlamentar do PCP – Partido Comunista Português, relativa às seguintes matérias:

- Processo em curso de privatização dos CTT e de encerramento de estações de correios, remete para conhecimento um requerimento para audição sobre o encerramento de Estações de Correios e sobre a situação e futuro da empresa CTT e do serviço público postal que dirigiu à Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia da República, para que esta procedesse à audição das seguintes entidades:

1. Ministro da Economia e Emprego;
2. Secretária de Estado do Tesouro;
3. Conselho de Administração dos CTT;
4. Organizações Representativas dos Trabalhadores da Empresa;
5. Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações;
6. Conselho de Administração da PARPÚBLICA. – 126018

- Intervenção do Deputado Bruno Dias, na abertura do debate de atualidade, secção plenária de 12 de junho de 2013, sobre a privatização dos CTT e encerramento de estações de correios. - 125207

- Texto das propostas apresentadas por aquele grupo parlamentar relativamente ao orçamento retificativo em matéria de Poder Local (uma relativa à alteração dos montantes a transferir para as autarquias, outra uma norma revogatória da lei dos compromissos, bem como de uma norma de outro artigo que determina que a receita do IMI é canalizada para o pagamento de dívidas a médio e longo prazo). - 125425

- Apreciação do mesmo grupo parlamentar relativamente ao Decreto-Lei nº 91/2013 de 10 de julho que «procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que "estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos Ensinos Básico e Secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos Ensinos Básico e Secundário"». Relativamente ao assunto, refere ainda o Grupo Parlamentar que o " Conselho Nacional de Educação, no seu parecer, conclui que "o legislador (Governo) está mais centrado numa lógica de redução dos recursos do que na melhoria do sistema". - 130355

Tomado conhecimento.



Nº 04 – Proposta de Deliberação dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho: - 129496

"Foi colocado um sinal de sentido proibido no sentido Largo Motta Ferraz - Jardim da República, impedindo dessa forma o acesso, por essa via, ao parque de estacionamento do convento de São Domingos.

El
L

Em primeiro lugar, não concordamos com as constantes alterações ao trânsito dentro da cidade até porque o princípio da confiança é essencial para uma boa regulação do trânsito automóvel.

Em segundo lugar, não nos parece aceitável obrigar uma pessoa que venha do Largo Motta Ferraz a ter de dar a volta à cidade para aceder ao parque de estacionamento do convento de S. Domingos.

Em terceiro lugar, esta solução sobrecarrega desnecessariamente a circulação automóvel no centro histórico.

E se o que se pretendeu com a alteração foi prevenir algum acidente no entroncamento com a Rua 17 de Agosto, provocado por algum condutor menos respeitador da regra da prioridade à direita, a colocação de um sinal de stop na entrada desse entroncamento seria mais do que suficiente.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A Câmara deverá abrir ao trânsito a rua de acesso ao parque de estacionamento do convento de S. Domingos no sentido Largo Motta Ferraz – Jardim da República, colocando um sinal de stop no final dessa rua no entroncamento com a Rua 17 de Agosto.”

A Presidente da Câmara leu a informação nº 157 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datado 12.07.2013, que fundamenta tecnicamente a opção de alteração ao trânsito no local em questão.

O vereador Manuel Jorge Valamatos explicou que para a alteração em causa também foi auscultada a PSP – Polícia de Segurança Pública.

Deliberação: a proposta foi rejeitada com os votos contra da Presidente da Câmara e dos vereadores Rui Serrano, Celeste Simão e Manuel Valamatos e os votos a favor dos vereadores Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho.

A Presidente da Câmara disse que o voto contra assenta no teor da informação nº 157 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datado 12.07.2013, que se transcreve:

"As razões que estiveram na base da decisão da proibição do sentido do trânsito, norte-sul, no Jardim da República já foram referidas na informação do STTP nº 4/2013, de 8 de janeiro e pretenderam essencialmente melhorar a fluidez do trânsito na zona, tendo em conta que a largura do arruamento não permite um cruzamento fácil de veículos (sobretudo de maior porte) obrigando a abrandamentos e manobras, considerando ainda que no arruamento há estacionamento com características de rotatividade em ambos os lados.

Uma outra situação, não menos grave, e que se eliminou foi o cruzamento de veículos no entroncamento do Jardim da República com a Rua 17 de Agosto de 1808, efetuado na zona da passadeira e que foi sempre um ponto de conflito e de potenciais acidentes, não pela questão da prioridade mas sobretudo pela abordagem à curva na zona do entroncamento se fazer na maior parte dos casos muito à esquerda para quem circula na Rua 17 de Agosto de 1808, por

força do estacionamento aí existente, situação que não se resolveria com a colocação de um sinal B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos - STOP) e que não se verifica com a solução que foi preconizada.

A alternativa criada obrigando a circundar a Praça Barão da Batalha, pela Rua Monteiro de Lima e pela Rua do Montepio Abrantino para aceder ao parque de estacionamento de São Domingos tem um pouco mais de 300 metros em relação ao trajeto pelo Jardim da República mas, do ponto de vista deste serviço, permite que a circulação do trânsito seja efetuada de forma mais fluída e com melhor interpretação por parte dos automobilistas, que normalmente se verifica em zonas com apenas um sentido do trânsito."



Nº 05 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para a aprovação um e-mail da Concelhia do Partido Socialista de Abrantes a pedir autorização para a realização de filmagens em vários pontos no Concelho de Abrantes, sendo essas filmagens destinadas à produção de um vídeo promocional a ser utilizado no âmbito das eleições autárquicas 2013. - 125926

Adicionalmente, a Presidente da Câmara, remete também um outro e-mail da Concelhia do Partido Socialista de Abrantes, a solicitar igualmente autorização para a obtenção de imagens fotográficas ao Centro Escolar de Bemposta, espaços exteriores e interiores, no mesmo âmbito e para o mesmo fim. - 130159

A Presidente da Câmara não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a realização de filmagens em vários pontos no Concelho de Abrantes, conforme solicitado.



Nº 06 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete um e-mail da ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses (ANMP), datado de 18 de junho de 2013, que informa que se encontra disponível na página desta Associação na internet (www.anmp.pt) o parecer da ANMP sobre a Proposta de Lei n.º 151/XII/2.ª (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. - 123640

Tomado conhecimento.

[Handwritten signature]

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 07 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 5 julho de 2013, que remete para aprovação, os pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento dos eventos referidos apresentados no mês de junho de 2013, que ainda não foram objeto de deliberação, e que totalizam o valor de 1.779,16€ (mil setecentos e setenta e nove euros e dezasseis cêntimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município, à data de 04 de julho de 2013. - 123839

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 1.779,16€ (mil setecentos e setenta e nove euros e dezasseis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização que, na sequência de um pedido apresentado pelo CRIA – Centro de Recuperação Integração de Abrantes, a solicitar a cedência do auditório do Edifício Pirâmide, com isenção do pagamento das respetivas taxas, para a realização de uma ação de sensibilização sobre “Técnicas de Procura de Emprego” no dia 01 de agosto de 2013, informa que o valor das taxas é de 75,75€ (setenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos) e que se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no Regulamento e Tabela de Taxas, necessários à dispensa das taxas - 130150

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a cedência do auditório do Edifício Pirâmide, mediante a dispensa do pagamento de taxas, no valor de 75,75€ (setenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Al
C

Divisão Jurídica

Nº 09 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a minuta da escritura de permuta de terrenos, para acerto de extremas, em Saibreira em S. Facundo, a celebrar entre o Município de Abrantes e José Vital Rosário Narciso. - 38345

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a minuta da escritura de permuta de terrenos, para acerto de extremas, em Saibreira em S. Facundo, a celebrar entre o Município de Abrantes e José Vital Rosário Narciso, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 10 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de julho de 2013, que aprova, na sequência de uma informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, a minuta da escritura de hipoteca, que ISATEL - Sociedade de Construções, Lda. faz a favor do Município de Abrantes, sobre o prédio urbano, inscrito na matriz sob o artigo 5228, livre de quaisquer ónus ou encargos, pelo valor de 3.000,00€ (três mil euros), ao abrigo do artigo 54º, nº 2, do Decreto-lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, como caução, em substituição de garantia bancária, destinada a assegurar a boa e regular execução das obras de infraestruturas no âmbito do processo nº 04/1990, a que corresponde o alvará de loteamento urbano nº 04/1990, relativo à Urbanização no Bairro Catroga e Gaio. - 83692

Deliberação: Por unanimidade, ratificado o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 11 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 21 de junho de 2013, relativamente ao pedido de esclarecimentos apresentado pelos vereadores eleitos pelo PSD na reunião de 13 de maio de 2013 relativamente ao pagamento aos Bombeiros Voluntários, que refere: - 120479

"...sobre o pagamentos a bombeiros voluntários Oportunamente foi-nos pedida a ponderação de eventuais incentivos ao voluntariado por parte de bombeiros sujeitos a especial regime de duração e continuidade de funções e permanente alerta. Anoto que a matéria fora objeto de estudo ainda que não formalmente adotado, proveniente de reunião interna de trabalho de 27 e 30.01.2012, com a participação de vários técnicos (Alfredo Santos, José Pedro, Carla Duque, Patrícia Venâncio e António Jesus), onde se ponderaram eventuais incentivos aos bombeiros voluntários. Entre outros, apontavam-se: Pagamento das deslocações (ida e regresso) desde o local correspondente à residência do voluntário até ao quartel de acordo com a tabela legal; Fornecimento de uma refeição principal e de um lanche de reforço, nas instalações do quartel, por cada 7 horas de atividade desenvolvida pelo voluntário. Entretanto em Maio passado, informámos, de novo, tendo a matéria sido objeto de deliberação em 27/5/2013. Não seguimos a modalidade de pagamento de 2 euros a partir da crítica da Inspeção (ainda que sem crítica em julgamento no tribunal comum de Abrantes onde a matéria foi concretamente abordada). Apontámos como hipótese de pagamento, sobretudo

para que os encargos com os transportes e a refeição fora de casa não fossem desincentivo, os encargos acrescidos decorrentes da própria atividade. Aí se seguiu modelo de enquadramento do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, preconizando-se ter em conta encargos por transporte e refeição tidos por conta do voluntariado. São esses encargos, assentes nas escalas e declarações dos elementos e do comando relativamente a cada situação que se preconizaram pagar. Em resumo não foi preconizado pagamento baseado em critério similar aos 2,00€ por hora, nem outro incentivo. É o que se nos oferece dizer sobre a matéria."

Tomado conhecimento.



Nº 12 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação, a informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 11 de junho de 2013, que refere que a Direção Geral do Tesouro e Finanças informa que foi autorizada a revogação parcial do contrato de doação do prédio doado pelo Município de Abrantes ao Estado, resultando disso a reversão para o Município da parcela de terreno (situa na Esplanada 1.º de Maio em Abrantes) com a área de 1.182 m2, que se encontra desocupada, a desanexar do referido prédio do Estado. Para concretização da referida reversão à Câmara, solicita a emissão da respetiva certidão de destaque. Para esse efeito, solicita a Secretaria de Estado do Tesouro que seja emitida certidão de destaque da referida parcela do prédio do Estado, ao abrigo do disposto no nº 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho e, ainda, pelo Decreto-Lei nº 26/2010 de 30 de Março com vista ao destaque da parcela e, consequente, regularização registral dos imóveis resultantes do destaque. Em conformidade, embora não sendo o procedimento habitual, em caso de aquisição de parcela pela Câmara Municipal, sugere emissão da referida certidão ao Ministério das Finanças. – 124531

Deliberação: Por unanimidade, emitir certidão onde conste que o destaque da parcela com 1.182 m2 a desanexar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1156, da freguesia de S. João, descrito na Conservatória do Registo Predial com o número 480/19970113, satisfaz os requisitos legais do artigo 6º do DL 555/99 de 16/12, na redação do DL 26/2010 de 30/3, porquanto o prédio se situa em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque confinam com o arruamento público, de acordo com o sugerido na informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças.



Divisão Financeira

Nº 13 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, acerca do pedido da Junta de Freguesia de Mouriscas, para apoio à 21ª edição da "Feira Mostra de Artesanato de Mouriscas" a realizar dias 14 e 17 de agosto de 2013. – 128828

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a atribuição de apoio, no montante de 500,00€ (quinhentos euros), à Junta de Freguesia de Mouriscas, conforme informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 14 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 16 de julho de 2013, que remete, para aprovação, o apoio à Sociedade Cultural e Recreativa de Carreira do Mato, no montante de 500,00€ (quinhentos euros), para realização do II Festival de Gastronomia e Artesanato Regional em Carreira do Mato. - 129723

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a atribuição de apoio, no montante de 500,00€ (quinhentos euros), à Sociedade Cultural e Recreativa de Carreira do Mato, conforme informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 15 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 17 de julho de 2013, que aprovou a 7ª proposta de alteração orçamental 2013, da Câmara Municipal de Abrantes. – 130296

Deliberação: Por unanimidade, ratificado o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 16 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 1 de julho de 2013, que se anexa à presente ata, sobre os dados do Município de Abrantes face aos critérios relativos endividamento municipal para 2013, onde consta, nomeadamente que: - 128518

- Da variação entre os limites de 2012 e 2013, resulta o aumento da capacidade de endividamento municipal.
- A participação do município do Rateio do Endividamento de Médio e Longo Prazo para 2013, o qual limita o montante de eventuais novos contratos de empréstimos, aumentou 34% face a 2012.
- A 31 de março de 2013, a dívida a fornecedores ascendia a 1.815.756,00€, não existindo pagamentos “em atraso”.
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) era, em 31 de março de 2013, de 51 dias, pelo que o município de Abrantes não consta da lista de municípios com PMP superior a 90 dias recentemente publicada pela DGAL – Direção Autarquias Locais. Em 31 de dezembro de 2012, o prazo era de 70 dias.

Tomado conhecimento.

Divisão de Recursos Humanos

Nº 17 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que se transcreve: - 126201

"No âmbito do projeto do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes, a Câmara Municipal de Abrantes, solicitou ao Ministério da Educação, a requisição da docente Isilda Manuel Gomes Santos Alves Jana, com vista à coordenação técnica deste projeto, tendo a mesma tido início em 01/03/2010.

Nos termos do estatuto do pessoal docente, a requisição tem uma duração máxima de 4 anos escolares.

Considerando ser este um projeto da maior importância para o Município e que obrigará a um acompanhamento permanente que perdurará;

Considerando a experiência e conhecimento que a referida docente tem na área em apreço;

Considerando o parecer da CCDR que esclarece as condições em que poderá ocorrer uma mudança definitiva para o mapa de pessoal da Câmara Municipal e qual a figura jurídica a ter em conta, diluindo deste modo as dúvidas existentes no confronto entre a legislação geral da administração pública e o estatuto da carreira docente;

Proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de poder proceder-se à reclassificação da referida docente na carreira técnica superior, nos termos do art. 6º do DL497/99 de 19/11, que ocorrerá após a aceitação da docente e do serviço de origem e se iniciará com recurso a um período experimental de 240 dias por força do artigo 76º nº 1 alínea c) do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas e do artigo 90º nº 1 da Lei 12-A/2008 de 27/2, na redação da Lei nº 66-B/2012 de 31/12."

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovada a proposta de deliberação da Presidente da Câmara.

Os Vereadores Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho apresentaram uma declaração de voto que, por ser extensa, se anexa à presente ata.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 18 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete informação da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 04 de julho de 2013, relativamente ao pedido de esclarecimentos apresentado pelos vereadores eleitos pelo PSD na reunião de 13 de maio de 2013 relativamente à recuperação das pinturas a fresco da Igreja de Santa Maria do Castelo, que se transcreve: - 120482

" Na sequência do pedido de esclarecimento dos Senhores Vereadores do PSD, datado de 13 de Maio de 2013, temos a informar que as obras de restauro das pinturas a fresco de Santa Maria do Castelo tiveram a respetiva autorização da tutela (Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, agora substituída pela Direção Geral do Património Cultural), tendo sido,

para o efeito, assinado protocolo de colaboração técnica e financeira entre esta e a Câmara Municipal de Abrantes.

Por outro lado, temos a informar que as peças que precisavam de ser protegidas, uma vez que se localizam em áreas onde os procedimentos implicam maior produção de poeiras, foram revestidas a plástico especial. Tal é o caso dos elementos em madeira do retábulo do altar e da peça escultórica Santa Maria do Castelo.

Temos ainda a acrescentar que a intervenção que está a ser realizada sobre a pintura mural da igreja de Santa Maria do Castelo é essencialmente de conservação de maneira a suster a avançada degradação do excecional conjunto mural. Esta compreende assim, ações de fixação/consolidação do reboco de suporte e da camada cromática e ainda de limpeza desta.

Como será lógico, não são utilizadas tintas na recuperação das pinturas.

A limpeza é realizada apenas com água e esponja macia com a adição pontual, em caso de grande presença de gorduras, de um detergente neutro, o que não põe em causa a segurança dos túmulos.

O trabalho de recuperação das peças está a ser feito por uma empresa credenciada, reconhecida e aconselhada pela tutela."

Tomado conhecimento.



Nº 19 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro à Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, no dia 16 de julho de 2013, para a realização da apresentação final do projeto do curso de Vídeo e Cinema Documental da ESTA. – 129760

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro, à Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, com a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Nº 20 – Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo, para aprovação do órgão executivo, parecer da Autarquia referente à implementação dos Cursos de Técnico de Vendas, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de

Turismo, CEF Tipo de III de Práticas Administrativas e CEF Tipo II de Empregado Comercial, no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes. – 129166

O Vereador António Belém Coelho não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a emissão de parecer nos seguintes termos:

“A Câmara Municipal de Abrantes emite parecer favorável para a implementação, no ano letivo 2013/2014, dos Cursos de Técnico de Vendas, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Turismo, CEF Tipo de III de Práticas Administrativas e CEF Tipo II de Empregado Comercial, no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes.

Estes cursos, pela sua pertinência e grande relevância, são fundamentais para fazer face às necessidades sentidas ao nível da qualificação dos recursos humanos no concelho de Abrantes.”



Nº 21 – Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo, para aprovação a minuta da adenda ao contrato programa relativo às atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, uma vez que, na sequência da extinção das Direções Regionais e da criação da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEste), houve necessidade de se proceder a alterações ao documento assinado com as entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013, no que respeita à identificação do primeiro outorgante e à redação da Cláusula 12.ª, já tendo a alteração sido aprovada por despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, de 7 de junho de 2013. – 130024

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a adenda ao contrato programa relativo às atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico para o ano letivo 2012/2013.



Nº 22 – Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, remete a avaliação feita às atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas por diversas associações. – 122324

Tomado conhecimento.

Nº 23 – Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, remete o relatório de atividades do projeto Médio Tejo – Empreendedorismo em Rede, componente de investimento “Empreendedorismo na Escola”, referente aos anos 2011-2013. - 128180

Tomado conhecimento.



Nº 24 – Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, na sequência de um pedido apresentado pelo Junta de Freguesia de Concavada, a solicitar a cedência gratuita do refeitório, cozinha, casas de banho e espaços exteriores do Jardim de Infância de Concavada, para desenvolvimento de atividades com crianças, durante o período de férias, entre 15 de julho e 31 de agosto de 2013. - 125895

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a cedência gratuita do refeitório, cozinha, casas de banho e espaços exteriores do Jardim de Infância de Concavada, conforme solicitado pela Junta de Freguesia de Concavada.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 25 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de um pedido apresentado pelo Junta de Freguesia de Mouriscas, a solicitar a cedência gratuita das instalações da Escola do Ensino Básico 1º Ciclo/JI de Mouriscas, nomeadamente, do pátio exterior, sala para secretariado, ginásio, cozinha, refeitório, utilização do quadro elétrico e consumo de água, para realização da 21ª Feira Mostra de Mouriscas, nos dias 14 e 17 de agosto de 2013. - 128833

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a cedência gratuita das instalações solicitadas da Escola do Ensino Básico 1º Ciclo/JI de Mouriscas, à Junta de Freguesia de Mouriscas.



Nº 26 – Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, remete a informação da Chefe de Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo, a informar que após avaliação feita com os Agrupamentos de Escolas do Concelho, tendo em consideração a publicação do Despacho Normativo n.º 7 /2013, e de orientações da tutela relativamente às AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular (Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho) e considerando a posição dos Presidentes das Comissões Administrativas Provisórias (CAP) em não se assumirem, ainda este ano, como entidades promotoras do desenvolvimento das AEC, alegando o processo de agregação que está a decorrer, a Câmara Municipal mantém a sua disponibilidade de continuar a ser a entidade promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular de acordo com o Despacho Normativo N.º 7/2013 de 11 de junho e Despacho Normativo n.º 7 – A/2013 de 10 de junho. - 130780

Tomado conhecimento.



Nº 27 – Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, remete o relatório enviado pelo Rotary Club de Abrantes, acerca do rastreio visual e auditivo efetuado nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, no ano letivo 2012/2013, que dá conta que foram efetuados 144 rastreios no Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, 138 rastreios no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes e 19 rastreios no Agrupamento de Escolas de Tramagal. - 129113

Tomado conhecimento.



Divisão de Desporto

Nº 28 – Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento do valor devido pelo transporte em autocarro de dois um grupos de escuteiros do "Escoteiros de Queluz – grupo 23" da Associação de Escoteiros de Portugal, participantes num Campo de Férias, no dia 25 de julho de 2013, da estação ferroviária de Rossio ao Sul do Tejo para a Matagosinha, para um grupo, e da Matagosinha da estação ferroviária de Rossio ao Sul do Tejo, para outro grupo - 128323

Deliberação: Por unanimidade, autorizado a dispensa total do pagamento do valor previsto no tarifário, que se estima em 52,55€ (cinquenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos).



Nº 29 – Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 12 de julho de 2013, que remete para aprovação, o pedido da APEOCA – Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Estabelecimentos de Ensino do Oeste do Concelho de Abrantes, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, referentes à utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (Piscina de Ar Livre), nos dias 16 e 18 de julho de 2013. - 130241

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento no valor de 39,40€ (trinta e nove euros e quarenta cêntimos).



Nº 30 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de julho de 2013, para atribuição de apoio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no âmbito do protocolo celebrado com essa entidade, cujo montante estimado ascende a 8.240,00€ (oito mil duzentos e quarenta euros),

com vista ao fornecimento de refeições aos participantes no programa "Férias Jovens - Verão 2013". - 130085

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a atribuição de apoio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, cujo montante estimado ascende a 8.240,00€ (oito mil duzentos e quarenta euros), com vista ao fornecimento de refeições aos participantes no programa "Férias Jovens - Verão 2013", de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 31 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação de Nadadores dos Estoris, referente à realização do XI Challenge 10 Km – Águas Abertas, a decorrer no próximo dia 8 de Setembro de 2013, no Parque Náutico de Aldeia do Mato - Albufeira do Castelo de Bode, cabendo ao Município de Abrantes, além do apoio humano e logístico, uma comparticipação financeira, no valor de 2.000€ (dois mil euros). - 125932

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida minuta de protocolo, uma comparticipação financeira, no valor de 2.000€ (dois mil euros), delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 32 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a minuta do Protocolo de Cooperação entre o Município de Abrantes e a Federação de Triatlo de Portugal, com vista à realização do "VI Triatlo Cidade de Abrantes" (constituído pelas provas: "Campeonato Nacional Jovem", "Campeonato Nacional de Clubes" e "Prova Aberta") nos dias 06 e 07 de julho de 2013 e o II Duetlo de Abrantes - João Campos – " Taça de Portugal PORTerra" com o apoio do Município de Abrantes, no dia 21 de Setembro de 2013, cabendo ao Município de Abrantes, além da logística e da disponibilização de algum apoio, a comparticipação financeira no valor de 6.700€ (seis mil e setecentos euros). - 125929

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida minuta de protocolo, bem como a comparticipação financeira no valor de 6.700€ (seis mil e setecentos euros) delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 33 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a minuta do Protocolo de Cooperação entre o Município de Abrantes e a Federação Portuguesa de Canoagem, com vista à realização do "Campeonato Nacional de Esperanças ", no dia 03 de agosto de 2013, no Aquapolis – margem sul, cabendo ao Município de Abrantes, além do apoio humano e logístico, a comparticipação financeira no valor de 600€ (seiscentos euros). - 130577

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida minuta de protocolo, bem como a comparticipação financeira no valor de 600€ (seiscentos euros) delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 34 – Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto, datada de 15 de julho de 2013, que remete para aprovação, autorização para pernoita de um grupo de jovens e educadores do Centro Jovem Tabor (IPSS de Setúbal), na sala VIP do Estádio Municipal e balneários para efetuarem a sua higiene pessoal, na noite de 25 para 26 de Julho, no decorrer da atividade de descida do Rio Tejo em canoa, desde Espanha ao Castelo de Almourol. - 130086

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a pernoita de um grupo de jovens e educadores do Centro Jovem Tabor (IPSS de Setúbal), conforme referida informação da Divisão de Desporto.



Nº 35 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete um e-mail datado de 18 de junho de 2013 da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, que anexa o ofício referência 252/AC da mesma data daquela instituição, no qual agradecem o apoio da Câmara Municipal de Abrantes na organização do Encontro Portugal/Bélgica, que decorreu em Abrantes de 6 a 9 de junho passado, bem como o investimento feito na requalificação da pista de pesca, demonstrando ainda a sua disponibilidade para futuras parcerias que engrandecem a modalidade desportiva. - 125461

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 36 – Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência da informação nº 074RC-FM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 7 de julho de 2013, acerca do processo de obras nº 80/07, relativo à comunicação prévia de construção de edifício multifamiliar requerida por Nunes & Alves – Sociedade de Construções, Lda., para a Urbanização do Barro Vermelho, lote nº 4, na freguesia de São Vicente em Abrantes, que dá conta que a data de término da admissão da comunicação prévia ocorreu em 24 de maio de 2012, não tendo a obra sido concluída e que a mesma está aparentemente em conformidade com o projeto aprovado. 80/07

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da sociedade interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo,

dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

"- Declarar a caducidade da comunicação prévia ao abrigo da alínea d) do nº 3 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida através do Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de junho, Lei nº 60/2007, de 4 de setembro, Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, na redação da Lei nº 28/2010, de 2 de setembro, e arquivamento do processo, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística;

- Notificar a requerente para, no prazo de 15 dias apresentar um plano de contingência, evitando assim a demolição, nos seguintes moldes:

- a) Fechar os vãos existentes de forma a garantir que o interior da edificação resulte vedado;
- b) Tapar eventuais acessos a laje existente;
- c) Vedar a totalidade da obra (dentro dos limites do lote) para evitar que a edificação existente seja acessível por terceiros.

- Notificar a firma a retirar a ocupação de via pública visível, corrigindo os danos existentes na mesma, assim como efetuando uma limpeza dos passeios e das vias em situação idêntica a que se encontrava anteriormente ao início dos trabalhos, no prazo de 30 dias;

- Informar a sociedade que eventualmente poderá vir a ser instaurado processo de contraordenação, ao abrigo da alínea b) do ponto 1 do artigo 98º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida através do Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de junho, Lei nº 60/2007, de 4 de setembro, Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, na redação da Lei nº 28/2010, de 2 de setembro, punível com coima graduada de 500€ (quinhentos euros) até ao máximo de 100.000 (cem mil euros), no caso de pessoa singular, e de 1500€ (mil e quinhentos euros) até 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros), no caso de pessoa coletiva.

- Informar a requerente que, posteriormente poderá solicitar a renovação da comunicação prévia, ao abrigo do artigo 72º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida através do Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de junho, Lei nº 60/2007, de 4 de setembro, Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, na redação da Lei nº 28/2010, de 2 de setembro."

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade, juntando ainda cópia da presente deliberação e da informação nº 074RC-FM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 7 de julho de 2013, acerca deste processo.



Nº 37 – Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência do pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício existente – habitação a destinar a alojamento local, requerido pelo Centro Social Interparoquial de Abrantes, a que se refere a informação técnica nº 143/2013.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 12 de julho de 2013. – 120054

Deliberação: Por unanimidade, com os fundamentos na informação técnica nº 143/2013.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 12 de julho de 2013 e na subsequente informação do Diretor do Departamento, a câmara municipal deliberou:

- Aprovar o Projeto de Arquitetura e solicitar a junção dos projetos de especialidades, no prazo legalmente previsto para o efeito;
- Considerar criadas, ainda que no domínio privado (e tal como a lei o permite), as áreas de cedência para espaços verdes de utilização coletiva;
- Optar por compensação em numerário, nos moldes previstos pelo nº 3 do Artigo 60º do RUE (Regulamento da Urbanização e da Edificação), pela não cedência da área 176.42m² a destinar a Equipamentos de Utilização Coletiva.
- Considerar a proposta de estacionamento para público no interior da propriedade, face às condições do local, às condições da via pública adjacente e ao facto da propriedade ali se encontrar murada;
- Condicionar os arranjos exteriores à implementação de uma faixa de 1m de largura de apoio ao lugar de estacionamento para utentes com mobilidade condicionada.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 38 – Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, relativamente ao pedido de autorização para execução de rede de gás ligada a reservatório GPL, requerido por Petróleos de Portugal – Petrogal, SA., e sobre o qual recaiu a informação técnica nº 35/13 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 9 de abril de 2013. – 98324

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a execução da rede de gás, nos termos, nos termos do nº 3 do Artigo 5º de Decreto-Lei nº 125/97, de 23 de maio, e autorizar a sua exploração, uma vez que a mesma já se encontra executada, conforme termo de responsabilidade pela sua execução e certificado de inspeção da rede emitido pelo ITG, mediante a apresentação dos elementos adicionais reclamados na informação técnica nº 35/13 EO, nomeadamente:

- a) Identificação da entidade exploradora da rede reconhecida pela DGEG;

- b) Declaração da entidade exploradora assumindo a responsabilidade pela exploração das redes e ramais de distribuição de gás.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 39 – Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 82/13 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de junho de 2013, acerca do pedido de Luís André Alexandre Ferreira, a solicitar certidão sobre o instrumento de planeamento territorial em vigor, bem como os indicadores urbanísticos máximos para o prédio urbano nº 3236, confinante com a Estrada Nacional 118, sito na rua António Ferreira Calado, em Tramagal, freguesia de Tramagal, Abrantes, para instalação de um centro de inspeção de veículos motorizados. - 124366

Deliberação: Por unanimidade, certificar que a instalação de um centro de inspeção de veículos motorizados na rua António Ferreira Calado, em Tramagal, é viável nos termos e condicionamentos mencionados na referida informação técnica nº 82/13 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 40 – Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 41 – Para conhecimento, vereador Manuel Jorge Valamatos, remete o seu despacho que autorizou o desenvolvimento de algumas atividades lúdicas e educativas na Praia Fluvial de Aldeia do Mato, no próximo dia 11 de agosto, a pedido da delegação de Tomar da Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito do Projeto Educativo "Esquadrão do Sol", que tem por objetivo alertar os jovens portugueses para os riscos existentes durante a época balnear, nomeadamente exposição solar excessiva e afogamento. - 128986

Tomado conhecimento.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Elvira Isabel Albuquerque

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Peter Alexandre Furtado Sousa

AS 30 OLIVEIRAS DO CENTRO ESCOLAR DE ALFERRAREDE

Pedido de esclarecimento

22 de Julho de 2013

Se a compra das 30 oliveiras por 60.000,00€ já nos parecia um absurdo, a notícia na Rede Regional de 28-6-2013 (que transcrevemos em seguida) sobre a identidade do vendedor deixou-nos em estado de choque:

«A Câmara Municipal de Abrantes gastou mais de 60 mil euros na compra de 30 oliveiras para colocar no recinto do novo centro escolar da freguesia de Alferrarede. Feitas as contas, cada árvore que enfeita o recreio da escola básica Maria Lucília Moita, inaugurada com pompa e circunstância a 1 de junho de 2012, dia mundial da criança, vai custar mais de 2 mil euros ao erário público. Tudo somado, são mais de 12 mil contos em moeda antiga, em árvores adquiridas por ajuste direto a uma empresa da família do presidente da Câmara de Proença-a-Nova, João Paulo Catarino, eleito pelo PS, tal como o executivo abrantino.

A informação é pública e pode ser consultada no portal "BASE.gov". A 16 de Abril de 2013, a Câmara de Abrantes adquiriu por ajuste direto "30 oliveiras centenárias" por 50.950 euros, mais IVA, à empresa Aeroflora, Lda., com sede em Proença-a-Nova, distrito de Castelo Branco.»

A senhora presidente pode dar todas as explicações do mundo, mas não esperará certamente que os vereadores do PSD sejam tão ingénuos que acreditem em histórias da Carochinha. Até porque a senhora presidente sabe bem, por experiência própria, que, com os actuais vereadores do PSD, nunca pôde contar com a histórica convivência e a fingida ingenuidade do PSD de Abrantes, pelo que terá de guardar essas histórias para uma próxima oportunidade.

"Em política, o que parece é". Por isso, nesta parte, dispensamos-lhe qualquer explicação em virtude de a mesma ser, para nós, demasiado óbvia para suscitar qualquer pergunta.

Basta, aliás, comparar os 14 mil euros que custaram os dois parques infantis com os 60



mil euros que custaram as 30 oliveiras.

Acontece que, na reunião em que a senhora presidente confirmou a aquisição das valiosas oliveiras, disse uma coisa que, aliada ao teor desta notícia, fez tocar, dentro de nós, uma sineta de alarme.



Disse a senhora presidente que a aquisição das oliveiras «*se incluem no financiamento ao projeto do centro Escolar de Alferrarede*» (acta nº13/2013 - fls.7).

Ora, nós temos a certeza de que a aquisição das oliveiras não fazia parte do projecto inicial que foi aprovado em reunião de câmara, o que significa que, para estar incluído no projecto, teve de haver uma reprogramação financeira de todo o projecto quando o centro escolar já estava concluído.

É bom não esquecer que o Centro Escolar foi inaugurado em 1 de Junho de 2012, a "Construção do Arruamento Envolvente ao Centro Escolar de Alferrarede, entre a Avenida Dr. Mário Soares e a Rua Prof. Dr. Raimundo Mota - Abrantes", foi adjudicada em 18 de Janeiro de 2012 e as oliveiras foram adquiridas por ajuste directo em 16 de Abril de 2013, o que significa que, se houve uma reprogramação financeira do projecto foi para se ir buscar mais dinheiro, sem necessidade, para gastar inutilmente (do ponto de vista da câmara e do interesse público, obviamente), designadamente, numas oliveiras de uma empresa que pertence ao pai do presidente da câmara de Proença-a-Nova (!!...)

Sendo certo que, se isto foi verdade, custa-nos muito a acreditar que a Câmara Municipal de Abrantes tenha agido sozinha.

Não queremos estar aqui a fazer juízos de intenção, mas queremos ser esclarecidos para podermos dormir com a consciência tranquila de quem cumpriu a sua obrigação de velar pelo bem público.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD pretendem saber o seguinte:

(I) se a Câmara de Abrantes efectuou uma reprogramação financeira do projecto.

(II) em caso afirmativo: (a) em que data a mesma foi aprovada; (b) qual o montante que acresceu ao montante inicial; (c) a que se destinou o dinheiro recebido, para além da aquisição das oliveiras.

Pl
Ck

(III) quais foram as outras empresas do ramo que foram consultadas pela Câmara, como manda a boa gestão autárquica, antes de comprar as oliveiras à Aeroflora.

(IV) qual a justificação para o ajuste directo das oliveiras ter sido realizado um ano após a inauguração do Centro Escolar.

Em caso de ter havido uma reprogramação financeira do projecto, os vereadores eleitos pelo PSD vêm requerer que este executivo solicite à CCDR Centro os seguintes esclarecimentos:

(I) se houve mais câmaras a solicitar a reprogramação financeira dos centros escolares;

(II) em caso afirmativo: (a) quais; (b) em que datas as mesmas foram aprovadas; (c) quais os montantes recebidos por cada uma; (d) e a que se destinou esse dinheiro (ou seja, para comprar ou pagar o quê).

Face à gravidade dos factos que podem estar aqui indiciados, gostaríamos que as respostas a estas questões fossem céleres, incisivas, claras e directas porque, para fazer render o peixe, já basta a RPP Solar.

Os Vereadores

(António Manuel de Santana Maia Leonardo)

SANTANA-MAIA LEONARDO
ANTÓNIO BELÉM COELHO
VEREADORES



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)





Informação do Responsável

Despacho

De:
Chefe da Divisão
Financeira

Para:
Presidente da Câmara Municipal

Nº
8

Data:
01/07/13

Assunto: Endividamento Municipal 2013

Foram publicados pela DGAL, os Limites de Endividamento Líquido e de Médio e Longo Prazos, para cada Município em 2013, bem como, Rateio do Endividamento de Médio e Longo Prazos ao abrigo do previsto no nº 3 e nº 8 do artº 98º da LOE 2013, os quais apresentamos em anexo à presente informação.

O quadro seguinte, reflete a variação entre os limites de 2012 e 2013, registando-se o aumento da capacidade de endividamento municipal:

	Limite do Endividamento Líquido	Limite do Endividamento MLP
2012	-10.723.985,00€	10.014.089,00€
2013	-12.399.574,00€	16.157.114,00€
Variação %	16%	61%

Quanto ao rateio, para 2013 foram rateados pelos 308 municípios do país cerca 362.265.524,00€, do que resulta uma média por município de 1.176.187,00€. Da análise dos dados damos, ainda, conta do seguinte:

- 52 municípios não foram contemplados com rateio (+10 do que em 2012);
- 11 municípios absorveram cerca de 37% do montante total a rastrear.

Indicamos no quadro seguinte o Rateio do Endividamento de MLP, atribuído ao Município de Abrantes, o qual limita o montante de eventuais novos contratos de empréstimos de MLP a celebrar durante 2013:

	2012	2013	Variação %
Rateio ao Endividamento MLP	1.115.156,00€	1.494.007,00€	34%



Com base nos dados remetidos oportunamente e recurso a fontes de informação complementar, de acordo com o disposto nos arts 37º e 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais, informamos que de acordo com informação disponibilizada pela Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, via SIIAL, a situação do endividamento do município no 1º trimestre do ano 2013, era a seguinte:

Situação no final do 1º Trimestre de 2013	Limite de acordo com a LOE 2013	Montantes a considerar p/ os limites	Margem
Endividamento de curto prazo	0,00€	0,00€	0,00 €
Endividamento de MLP	16.157.114,00€	8.929.275,00€	7.227.839,00€
Endividamento líquido a considerar	-12.399.574,00€	-16.635.946,00€	4.236.372,00€

O montante total do capital em dívida de MLP ascende a 14.369.891,00€, repartidos da seguinte forma:

- Capital em dívida excecionado – 5.440.616,00€;
- Capital em dívida não excecionado – 8.929.275,00€.

A 31 de março de 2013, a dívida a fornecedores ascendia a 1.815.756,00€, não existindo pagamentos “em atraso”.

Ainda de acordo com a fonte citada, o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) era, em 31 de março de 2013, de 51 dias, pelo que o município de Abrantes não consta da lista de municípios com PMP superior a 90 dias recentemente publicada pela DGAL. Em 31 de dezembro de 2012, o prazo era de 70 dias.

A Chefe de Divisão Financeira

Ana Cristina Neves

Ana Cristina Neves
(Doc. assinado digitalmente)

**Limites de endividamento de médio e longo prazos e líquido municipal ao abrigo do previsto no
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**
Ordenação por município
Un.: euros

Distrito/RA	Município	Limites de endividamento para 2013	
		Líquido	MLP
SANTARÉM	ABRANTES	-12.399.574	16.157.114
AVEIRO	ÁGUEDA	4.264.577	16.511.617
GUARDA	AGUIAR DA BEIRA	-2.371.821	5.370.150
ÉVORA	ALANDROAL	7.131.024	5.704.819
AVEIRO	ALBERGARIA-A-VELHA	-1.010.266	9.033.132
FARO	ALBUFEIRA	37.105.994	30.873.081
SETÚBAL	ALCÁÇER DO SAL	-1.623.932	11.528.883
SANTARÉM	ALCANENA	8.402.709	6.722.167
LEIRIA	ALCOBAÇA	18.841.483	19.625.528
SETÚBAL	ALCOCHETE	6.438.346	6.282.937
FARO	ALCOUTIM	-931.634	6.071.033
LISBOA	ALENQUER	16.328.178	13.899.120
BRAGANÇA	ALFÂNDEGA DA FÉ	7.182.008	5.745.606
VILA REAL	ALIJO	9.303.410	7.442.728
FARO	ALJEZUR	2.019.738	6.219.296
BEJA	ALJUSTREL	5.986.391	5.814.198
SETÚBAL	ALMADA	-56.527.408	51.780.436
GUARDA	ALMEIDA	5.630.753	7.465.289
SANTARÉM	ALMEIRIM	2.064.936	7.353.301
BEJA	ALMODÔVAR	4.016.609	8.056.877
SANTARÉM	ALPIARÇA	4.771.058	3.816.847
PORTALEGRE	ALTER DO CHÃO	1.493.043	4.498.806
LEIRIA	ALVAIÁZERE	5.318.170	4.866.058
BEJA	ALVITO	889.436	3.161.150
LISBOA	AMADORA	-53.858.221	53.208.058
PORTO	AMARANTE	6.268.481	17.631.910
BRAGA	AMARES	4.690.859	6.386.394
AVEIRO	ANADIA	-23.314.577	10.216.902
R. A. AÇORES	ANGRA DO HEROÍSMO	-4.365.773	12.167.854
LEIRIA	ANSIÃO	7.441.649	5.953.319
VIANA DO CASTELO	ARCOS DE VALDEVEZ	14.140.528	12.282.791
COIMBRA	ARGANIL	6.197.302	7.131.286
ISEU	ARMAMAR	2.012.359	4.976.421
AVEIRO	AROUCÁ	1.738.083	9.631.243
ÉVORA	ARRAIÓLOS	5.636.092	6.632.702
PORTALEGRE	ARRONCHES	-4.002.799	3.924.086
LISBOA	ARRUDA DOS VINHOS	6.159.928	5.350.556
AVEIRO	AVEIRO	32.039.211	25.631.369
PORTALEGRE	AVIS	4.420.716	5.630.851
LISBOA	AZAMBUJA	8.443.208	8.503.772
PORTO	BAIÃO	4.321.257	7.926.563
BRAGA	BARCELOS	17.490.737	32.694.331
BEJA	BARRANCOS	2.218.570	3.113.117
SETÚBAL	BARREIRO	17.126.084	13.700.867
LEIRIA	BATALHA	2.917.344	6.119.082
BEJA	BEJA	12.315.630	14.253.142
CASTELO BRANCO	BELMONTE	2.092.273	4.286.101
SANTARÉM	BENAVENTE	1.402.858	9.714.519
LEIRIA	BOMBARRAL	5.814.996	5.038.766
ÉVORA	BORBA	5.055.263	4.044.211
VILA REAL	BOTICAS	2.581.373	5.691.801
BRAGA	BRAGA	-24.404.600	51.999.341
BRAGANÇA	BRAGANÇA	3.246.280	17.664.953
BRAGA	CABEÇEIRAS DE BASTO	2.753.220	7.370.282
LISBOA	CADAVAL	3.243.454	5.989.966
LEIRIA	CALDAS DA RAINHA	1.140.142	15.373.548
R. A. MADEIRA	CALHETA	572.415	6.939.229
R. A. AÇORES	CALHETA (SÃO JORGE)	4.352.755	3.482.204
R. A. MADEIRA	CÂMARA DE LOBOS	10.052.795	8.633.131
VIANA DO CASTELO	CAMINHA	1.686.599	9.296.404
PORTALEGRE	CAMPO MAIOR	1.057.224	5.496.454
COIMBRA	CANTANHEDE	13.404.526	13.898.155
BRAGANÇA	CARRAZEDA DE ANSIÃES	4.765.977	6.110.748

Q1
C

**Limites de endividamento de médio e longo prazos e líquido municipal ao abrigo do previsto no
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Limites de endividamento para 2013	
		Líquido	MLP
VEISEU	CARREGAL DO SAL	2.792.232	4.437.845
SANTARÉM	CARTAXO	-2.173.049	7.269.316
LISBOA	CASCAIS	52.912.971	86.509.030
LEIRIA	CASTANHEIRA DE PÊRA	3.928.012	3.142.410
CASTELO BRANCO	CASTELO BRANCO	-30.736.159	23.459.071
AVEIRO	CASTELO DE PAIVA	7.719.990	6.175.992
PORTALEGRE	CASTELO DE VIDE	43.131	4.099.810
VEISEU	CASTRO DAIRE	5.631.252	8.345.304
FARO	CASTRO MARIM	27.744	6.462.520
BEJA	CASTRO VERDE	1.900.164	8.071.293
GUARDA	CELORICO DA BEIRA	7.499.600	5.999.680
BRAGA	CELORICO DE BASTO	10.317.264	8.458.256
SANTARÉM	CHAMUSCA	9.003.688	7.980.058
VILA REAL	CHAVES	14.291.907	16.794.498
VEISEU	CINFÃES	-1.336.999	8.129.929
COIMBRA	COIMBRA	-27.270.557	52.900.613
COIMBRA	CONDEIXA-A-NOVA	2.521.570	6.115.248
SANTARÉM	CONSTÂNCIA	2.258.572	3.701.154
SANTARÉM	CORUCHE	1.449.761	11.821.374
R. A. AÇORES	CORVO	799.956	1.453.387
CASTELO BRANCO	COVILHÃ	-48.651.714	18.423.523
PORTALEGRE	CRATO	1.425.172	4.943.245
BEJA	CUBA	1.428.364	3.544.688
PORTALEGRE	ELVAS	-17.716.245	11.174.395
SANTARÉM	ENTRONCAMENTO	3.218.818	6.783.159
AVEIRO	ESPINHO	12.580.798	10.064.639
BRAGA	ESPOSENDE	-13.135.028	11.393.259
AVEIRO	ESTARREJA	8.459.932	9.350.545
ÉVORA	ESTREMOZ	8.710.985	7.923.868
ÉVORA	ÉVORA	26.709.927	21.367.941
BRAGA	FAFE	5.415.680	16.945.873
FARO	FARO	28.103.834	22.483.067
PORTO	FELGUEIRAS	2.419.590	15.826.318
BEJA	FERREIRA DO ALENTEJO	5.203.353	6.851.343
SANTARÉM	FERREIRA DO ZÊZERE	6.358.868	5.479.881
COIMBRA	FIGUEIRA DA FOZ	28.300.877	24.171.547
GUARDA	FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	2.919.212	6.832.865
LEIRIA	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	5.993.228	4.794.583
GUARDA	FORNOS DE ALGODRES	5.396.151	4.316.920
BRAGANÇA	FREIXO DE ESPADA À CINTA	5.933.957	4.747.166
PORTALEGRE	FRONTEIRA	1.204.713	3.627.378
R. A. MADEIRA	FUNCHAL	37.831.689	34.596.976
CASTELO BRANCO	FUNDÃO	17.938.612	14.350.890
PORTALEGRE	GAVIÃO	-1.252.447	4.148.748
COIMBRA	GÓIS	1.758.121	4.781.560
SANTARÉM	GOLEGÃ	2.440.578	3.538.052
PORTO	GONDOMAR	31.379.430	38.747.663
GUARDA	GOUVEIA	9.624.105	7.699.284
SETÚBAL	GRÂNDOLA	6.785.421	11.473.710
GUARDA	GUARDA	20.986.859	18.752.952
BRAGA	GUIMARÃES	19.533.605	45.278.439
R. A. AÇORES	HORTA	3.391.379	6.544.982
CASTELO BRANCO	IDANHA-A-NOVA	1.689.109	12.283.282
AVEIRO	ÍLHAVO	14.463.966	11.571.173
FARO	LAGOA	9.083.540	17.476.785
R. A. AÇORES	LAGOA (AÇORES)	6.615.931	5.643.086
FARO	LAGOS	20.545.816	20.861.031
R. A. AÇORES	LAJES DAS FLORES	831.459	2.627.834
R. A. AÇORES	LAJES DO PICO	4.878.069	3.902.455
VEISEU	LAMEGO	8.440.951	10.804.266
LEIRIA	LEIRIA	-9.510.535	38.353.285
LISBOA	LISBOA	320.413.358	347.189.065
FARO	LOULÉ	67.780.320	54.224.256

**Limites de endividamento de médio e longo prazos e líquido municipal ao abrigo do previsto no
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Limites de endividamento para 2013	
		Líquido	MLP
LISBOA	LOURES	-23.524.589	61.520.640
LISBOA	LOURINHÃ	11.434.974	9.147.979
COIMBRA	LOUSÃ	5.452.055	6.673.687
PORTO	LOUSADA	1.738.276	12.372.208
SANTARÉM	MAÇÃO	2.577.984	6.722.542
BRAGANÇA	MACEDO DE CAVALEIROS	13.825.997	11.060.797
R. A. MADEIRA	MACHICO	9.807.839	7.846.272
R. A. AÇORES	MADALENA	3.405.893	4.129.519
LISBOA	MAFRA	-186.878	23.637.889
PORTO	MAIA	19.498.140	44.020.501
VISEU	MANGUALDE	10.417.746	8.334.197
GUARDA	MANTEIGAS	3.409.797	3.725.138
PORTO	MARCO DE CANAVESES	19.812.504	15.850.003
LEIRIA	MARINHA GRANDE	3.924.477	11.561.909
PORTALEGRE	MARVÃO	-1.249.270	3.563.349
PORTO	MATOSINHOS	-19.733.354	57.266.297
AVEIRO	MEALHADA	-6.375.288	6.994.471
GUARDA	MEDA	5.472.666	5.369.819
VIANA DO CASTELO	MELGAÇO	-172.089	6.725.768
BEJA	MÉRTOLA	4.574.804	10.468.125
VILA REAL	MESÃO FRIO	3.920.193	3.136.155
COIMBRA	MIRA	5.464.038	5.543.975
COIMBRA	MIRANDA DO CORVO	4.803.191	4.966.297
BRAGANÇA	MIRANDA DO DOURO	8.894.296	7.115.437
BRAGANÇA	MIRANDELA	15.149.087	12.119.270
BRAGANÇA	MOGADOURO	4.316.520	8.960.719
VISEU	MOIMENTA DA BEIRA	7.834.148	6.267.319
SETÚBAL	MOITA	18.844.591	16.889.357
VIANA DO CASTELO	MONÇÃO	8.866.072	8.981.735
FARO	MONCHIQUE	2.010.528	6.611.074
VILA REAL	MONDIM DE BASTO	7.085.464	5.668.371
PORTALEGRE	MONFORTE	4.358.984	4.097.407
VILA REAL	MONTALEGRE	5.558.326	10.902.942
ÉVORA	MONTEMOR-O-NOVO	2.590.906	11.974.064
COIMBRA	MONTEMOR-O-VELHO	11.761.090	9.408.872
SETÚBAL	MONTIJO	9.212.543	15.807.042
ÉVORA	MORA	-1.574.066	4.775.516
VISEU	MORTÁGUA	-401.661	6.150.391
BEJA	MOURA	4.671.058	9.448.158
ÉVORA	MOURÃO	4.430.642	3.544.514
VILA REAL	MURÇA	5.816.780	4.653.424
AVEIRO	MURTOSA	963.380	4.797.847
LEIRIA	NAZARÉ	8.746.944	6.997.555
VISEU	NELAS	7.736.944	6.189.555
PORTALEGRE	NISA	6.032.618	7.421.165
R. A. AÇORES	NORDESTE	5.352.303	4.281.842
LEIRIA	ÓBIDOS	-3.373.498	6.365.506
BEJA	ODEMIRA	4.348.008	17.854.092
LISBOA	ODIVELAS	33.133.954	38.311.150
LISBOA	OEIRAS	5.265.714	81.049.010
CASTELO BRANCO	OLEIROS	455.251	6.279.381
FARO	OLHÃO	7.787.145	13.672.566
AVEIRO	OLIVEIRA DE AZEMÉIS	24.382.466	19.505.973
VISEU	OLIVEIRA DE FRADES	5.121.956	5.757.682
AVEIRO	OLIVEIRA DO BAIRRO	5.161.102	9.948.695
COIMBRA	OLIVEIRA DO HOSPITAL	2.601.256	8.683.852
SANTARÉM	OURÉM	14.385.129	17.419.759
BEJA	OURIQUE	7.839.344	6.271.475
AVEIRO	OVAR	-5.687.986	16.640.252
PORTO	PAÇOS DE FERREIRA	12.603.660	13.387.964
SETÚBAL	PALMELA	21.755.623	23.081.949
COIMBRA	PAMPILHOSA DA SERRA	-873.193	5.855.691
PORTO	PAREDES	18.564.239	21.563.065

Handwritten signature



**Limites de endividamento de médio e longo prazos e líquido municipal ao abrigo do previsto no
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Limites de endividamento para 2013	
		Líquido	MLP
VIANA DO CASTELO	PAREDES DE COURA	7.607.592	6.735.035
LEIRIA	PEDRÓGÃO GRANDE	2.303.748	4.042.806
COIMBRA	PENACOVA	867.591	6.645.653
PORTO	PENAFIEL	16.538.240	20.521.455
VEISEU	PENALVA DO CASTELO	-245.695	5.216.738
CASTELO BRANCO	PENAMACOR	8.386.678	6.709.342
VEISEU	PENEDONO	-4.250.169	4.004.207
COIMBRA	PENELA	5.437.402	4.467.815
LEIRIA	PENICHE	5.391.911	8.949.388
VILA REAL	PESO DA RÉGUA	7.725.091	7.594.746
GUARDA	PINHEL	7.535.506	7.782.823
LEIRIA	POMBAL	1.942.122	19.807.089
R. A. AÇORES	PONTA DELGADA	-24.290.368	22.690.371
R. A. MADEIRA	PONTA DO SOL	3.054.204	4.092.872
VIANA DO CASTELO	PONTE DA BARCA	5.874.105	6.678.019
VIANA DO CASTELO	PONTE DE LIMA	-23.165.428	15.016.320
PORTALEGRE	PONTE DE SOR	-10.746.372	9.326.608
PORTALEGRE	PORTALEGRE	13.496.932	10.797.546
ÉVORA	PORTEL	-2.115.915	6.397.642
FARO	PORTIMÃO	32.776.774	26.221.419
PORTO	PORTO	-96.203.332	102.125.837
LEIRIA	PORTO DE MÓS	4.354.607	9.022.049
R. A. MADEIRA	PORTO MONIZ	1.555.951	3.662.764
R. A. MADEIRA	PORTO SANTO	-333.662	3.985.865
BRAGA	PÓVOA DE LANHOSO	6.622.880	8.496.026
PORTO	PÓVOA DE VARZIM	21.566.524	18.181.766
R. A. AÇORES	POVOAÇÃO	5.388.496	4.310.796
CASTELO BRANCO	PROENÇA-A-NOVA	-842.517	6.423.533
ÉVORA	REDONDO	-2.674.074	5.079.932
ÉVORA	REGUENGOS DE MONSARAZ	8.211.228	6.568.983
VEISEU	RESENDE	4.119.810	6.553.915
R. A. MADEIRA	RIBEIRA BRAVA	192.165	4.977.085
VILA REAL	RIBEIRA DE PENHA	5.311.305	5.207.338
R. A. AÇORES	RIBEIRA GRANDE	10.887.350	9.789.282
SANTARÉM	RIO MAIOR	6.674.831	9.180.506
VILA REAL	SABROSA	4.670.336	5.250.750
GUARDA	SABUGAL	5.630.228	10.577.978
SANTARÉM	SALVATERRA DE MAGOS	244.275	6.829.113
VEISEU	SANTA COMBA DÃO	6.482.793	5.186.234
R. A. MADEIRA	SANTA CRUZ	13.010.244	10.408.195
R. A. AÇORES	SANTA CRUZ DA GRACIOSA	2.005.588	2.901.275
R. A. AÇORES	SANTA CRUZ DAS FLORES	140.502	2.343.659
AVEIRO	SANTA MARIA DA FEIRA	30.347.434	36.186.749
VILA REAL	SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	3.704.513	4.341.122
R. A. MADEIRA	SANTANA	7.149.582	5.719.666
SANTARÉM	SANTARÉM	18.357.712	23.082.769
SETÚBAL	SANTIAGO DO CACÉM	17.331.967	15.323.097
PORTO	SANTO TIROSO	12.788.484	20.199.635
FARO	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	2.183.369	5.382.629
AVEIRO	SÃO JOÃO DA MADEIRA	-19.686.491	8.347.381
VEISEU	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	6.046.544	6.299.036
VEISEU	SÃO PEDRO DO SUL	8.719.461	8.779.758
R. A. AÇORES	SÃO ROQUE DO PICO	-9.049	3.204.074
R. A. MADEIRA	SÃO VICENTE	872.602	4.378.166
SANTARÉM	SARDOAL	3.147.215	3.760.031
VEISEU	SÁTÃO	3.970.674	6.140.502
GUARDA	SEIA	15.512.637	12.410.110
SETÚBAL	SEIXAL	24.922.116	40.300.204
VEISEU	SERNANCELHE	2.454.599	5.197.273
BEJA	SERPA	4.235.400	10.655.425
CASTELO BRANCO	SERTÃO	8.267.687	8.583.160
SETÚBAL	SESIMBRA	17.575.666	17.165.140
SETÚBAL	SETÚBAL	22.242.591	37.571.611

Handwritten signatures and initials.

**Limites de endividamento de médio e longo prazos e líquido municipal ao abrigo do previsto no
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Limites de endividamento para 2013	
		Líquido	MLP
AVEIRO	SEVER DO VOUGA	1.936.904	5.927.288
FARO	SILVES	21.173.242	16.938.594
SETÚBAL	SINES	11.351.211	9.080.968
LISBOA	SINTRA	-19.867.027	102.743.639
LISBOA	SOBRAL DE MONTE AGRÃO	3.222.741	4.153.398
COIMBRA	SOURE	10.325.307	8.455.026
PORTALEGRE	SOUSEL	3.636.690	4.162.877
COIMBRA	TÁBUA	7.565.259	6.052.207
VEISEU	TABUAÇO	6.461.002	5.168.802
VEISEU	TAROUÇA	6.260.505	5.008.404
FARO	TAVIRA	6.492.991	15.727.071
BRAGA	TERRAS DE BOURO	3.761.165	5.987.811
SANTARÉM	TOMAR	12.048.281	13.126.111
VEISEU	TONDELA	4.524.069	13.169.838
BRAGANÇA	TORRE DE MONCORVO	9.408.105	7.526.484
SANTARÉM	TORRES NOVAS	12.064.962	12.860.317
LISBOA	TORRES VEDRAS	29.355.737	24.907.753
GUARDA	TRANCOSO	8.799.005	7.039.204
PORTO	TROFA	14.505.303	11.604.242
AVEIRO	VAGOS	8.833.653	8.234.270
AVEIRO	VALE DE CAMBRA	11.627.898	9.302.318
VIANA DO CASTELO	VALENÇA	7.526.884	7.472.861
PORTO	VALONGO	26.351.339	21.081.071
VILA REAL	VALPAÇOS	12.016.809	10.274.565
R. A. AÇORES	VELAS	2.041.125	4.025.611
ÉVORA	VENDAS NOVAS	5.842.094	5.305.892
ÉVORA	VIANA DO ALENTEJO	-502.951	4.493.861
VIANA DO CASTELO	VIANA DO CASTELO	9.558.610	28.605.119
BEJA	VIDIGUEIRA	2.276.830	4.350.871
BRAGA	VIEIRA DO MINHO	931.421	6.995.231
CASTELO BRANCO	VILA DE REI	3.118.756	3.877.452
FARO	VILA DO BISPO	7.072.297	5.657.837
PORTO	VILA DO CONDE	26.094.885	23.236.903
R. A. AÇORES	VILA DO PORTO	567.482	3.926.017
BRAGANÇA	VILA FLOR	2.191.462	5.716.339
LISBOA	VILA FRANCA DE XIRA	-10.524.528	35.734.504
R. A. AÇORES	VILA FRANCA DO CAMPO	6.286.767	5.029.413
SANTARÉM	VILA NOVA DA BARQUINHA	3.681.047	3.691.057
VIANA DO CASTELO	VILA NOVA DE CERVEIRA	4.869.059	7.096.398
BRAGA	VILA NOVA DE FAMALICÃO	27.204.873	44.726.234
GUARDA	VILA NOVA DE FOZ CÔA	1.337.815	6.006.204
PORTO	VILA NOVA DE GAIA	-12.906.670	76.629.551
VEISEU	VILA NOVA DE PAIVA	3.930.397	4.094.749
COIMBRA	VILA NOVA DE POIARES	5.500.817	4.400.653
VILA REAL	VILA POUCA DE AGUIAR	4.520.906	8.471.915
R. A. AÇORES	VILA PRAIA DA VITÓRIA	7.079.580	7.297.772
VILA REAL	VILA REAL	-17.892.386	16.473.267
FARO	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	6.830.850	9.134.969
CASTELO BRANCO	VILA VELHA DE RÓDÃO	126.450	4.730.006
BRAGA	VILA VERDE	12.889.859	14.759.118
ÉVORA	VILA VIÇOSA	3.102.710	4.559.037
BRAGANÇA	VIMIOSO	2.207.489	6.002.753
BRAGANÇA	VINHAI	1.194.559	8.875.174
VEISEU	VEISEU	-835.026	31.792.573
BRAGA	VIZELA	8.426.794	6.741.435
VEISEU	VOUZELA	7.103.923	5.683.139
TOTAL		1.892.698.597	4.238.583.028

Fonte de informação: DGAL, aplicação informática SIIAL. Dados extraídos a 23-05-2013.

**Rateio do endividamento de médio e longo prazo ao abrigo do previsto no n.º 3 e n.º 8 do
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

**A utilização do valor resultante do rateio, para efeitos de contração de empréstimos de
MLP, tem de respeitar o cumprimento do limite de endividamento líquido para 2013, cujos
valores se encontram disponíveis neste Portal.**

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Rateio n.os 3 e 8 art.º 98.º OE/2013
SANTARÉM	ABRANTES	1.494.007
AVEIRO	ÁGUEDA	1.697.797
GUARDA	AGUIAR DA BEIRA	262.233
ÉVORA	ALANDROAL	0
AVEIRO	ALBERGARIA-A-VELHA	987.148
FARO	ALBUFEIRA	1.066.688
SETÚBAL	ALCÁÇER DO SAL	2.192.763
SANTARÉM	ALCANENA	0
LEIRIA	ALCOBAÇA	2.348.634
SETÚBAL	ALCOCHETE	362.296
FARO	ALCOUTIM	1.201.530
LISBOA	ALENQUER	1.755.411
BRAGANÇA	ALFÂNDEGA DA FÉ	0
VILA REAL	ALIJÓ	0
FARO	ALJEZUR	651.157
BEJA	ALJUSTREL	480.840
SETÚBAL	ALMADA	5.597.603
GUARDA	ALMEIDA	602.927
SANTARÉM	ALMEIRIM	941.447
BEJA	ALMODÓVAR	452.805
SANTARÉM	ALPIARÇA	0
PORTALEGRE	ALTER DO CHÃO	645.605
LEIRIA	ALVALÁZERE	333.507
BEJA	ALVITO	447.163
LISBOA	AMADORA	7.273.902
PORTO	AMARANTE	1.632.879
BRAGA	AMARES	66.578
AVEIRO	ANADIA	1.801.777
R. A. AÇORES	ANGRA DO HEROÍSMO	670.933
LEIRIA	ANSLÃO	0
VIANA DO CASTELO	ARCOS DE VALDEVEZ	1.019.231
COIMBRA	ARGANIL	70.456
VISEU	ARMAMAR	363.351
AVEIRO	AROUCA	1.421.326
ÉVORA	ARRAIOLOS	357.712
PORTALEGRE	ARRONCHES	696.752
LISBOA	ARRUDA DOS VINHOS	538.485
AVEIRO	AVEIRO	0
PORTALEGRE	AVIS	517.007
LISBOA	AZAMBUJA	639.774
PORTO	BALÃO	689.683
BRAGA	BARCELOS	2.243.585
BEJA	BARRANCOS	330.510
SETÚBAL	BARREIRO	1.348.099
LEIRIA	BATALHA	771.795
BEJA	BEJA	956.936
CASTELO BRANCO	BELMONTE	642.808
SANTARÉM	BENAVENTE	1.643.142
LEIRIA	BOMBARRAL	736.074
ÉVORA	BORBA	482.104
VILA REAL	BOTICAS	664.834
BRAGA	BRAGA	8.059.344
BRAGANÇA	BRAGANÇA	2.437.496
BRAGA	CABECEIRAS DE BASTO	230.926
LISBOA	CADAVAL	752.062
LEIRIA	CALDAS DA RAINHA	2.427.410
R. A. MADEIRA	CALHETA	502.918
R. A. AÇORES	CALHETA (SÃO JORGE)	0

**Rateio do endividamento de médio e longo prazo ao abrigo do previsto no n.º 3 e n.º 8 do
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

**A utilização do valor resultante do rateio, para efeitos de contração de empréstimos de
MLP, tem de respeitar o cumprimento do limite de endividamento líquido para 2013, cujos
valores se encontram disponíveis neste Portal.**

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Rateio n.os 3 e 8 art.º 98.º OE/2013
R. A. MADEIRA	CÂMARA DE LOBOS	730.899
VIANA DO CASTELO	CAMINHã	761.785
PORTALEGRE	CAMPO MAIOR	978.167
COIMBRA	CANTANHEDE	0
BRAGANÇA	CARRAZEDA DE ANSIãES	284.089
VISeU	CARREGAL DO SAL	312.993
SANTARãM	CARTAXO	0
LISBOA	CASCAIS	12.016.617
LEIRIA	CASTANHEIRA DE PãRA	0
CASTELO BRANCO	CASTELO BRANCO	3.924.284
AVEIRO	CASTELO DE PAIVA	0
PORTALEGRE	CASTELO DE VIDE	718.876
VISeU	CASTRO DAIRE	1.043.435
FARO	CASTRO MARIM	979.912
BEJA	CASTRO VERDE	1.221.935
GUARDA	CELORICO DA BEIRA	0
BRAGA	CELORICO DE BASTO	0
SANTARãM	CHAMUSCA	1.142.370
VILA REAL	CHAVES	1.594.004
VISeU	CINFãES	1.455.274
COIMBRA	COIMBRA	5.097.788
COIMBRA	CONDEIXA-A-NOVA	791.903
SANTARãM	CONSTãNCIA	308.259
SANTARãM	CORUCHE	1.618.561
R. A. AÇORES	CORVO	146.986
CASTELO BRANCO	COVILHã	0
PORTALEGRE	CRATO	572.415
BEJA	CUBA	413.907
PORTALEGRE	ELVAS	2.061.959
SANTARãM	ENTRONCAMENTO	85.345
AVEIRO	ESPINHO	1.432.898
BRAGA	ESPOSENDE	512.876
AVEIRO	ESTARREJA	639.641
ãVORA	ESTREMOZ	597.560
ãVORA	ãVORA	1.445.134
BRAGA	FAFE	2.477.484
FARO	FARO	818.960
PORTO	FELGUEIRAS	1.776.291
BEJA	FERREIRA DO ALENTEJO	340.967
SANTARãM	FERREIRA DO ZãZERE	327.698
COIMBRA	FIGUEIRA DA FOZ	0
GUARDA	FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	204.990
LEIRIA	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	0
GUARDA	FORNOS DE ALGODRES	0
BRAGANÇA	FREIXO DE ESPADA ã CINTA	64.634
PORTALEGRE	FRONTEIRA	329.232
R. A. MADEIRA	FUNCHAL	2.988.926
CASTELO BRANCO	FUNDãO	0
PORTALEGRE	GAVIãO	676.487
COIMBRA	GãOIS	432.912
SANTARãM	GOLegã	438.110
PORTO	GONDOMAR	2.637.687
GUARDA	GOUVEIA	719.463
SETãBAL	GRãNDOLA	661.311
GUARDA	GUARDA	0
BRAGA	GUIMARãES	2.576.073
R. A. AÇORES	IIORTA	467.235
CASTELO BRANCO	IDANHIA-A-NOVA	1.717.981



**Rateio do endividamento de médio e longo prazo ao abrigo do previsto no n.º 3 e n.º 8 do
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

**A utilização do valor resultante do rateio, para efeitos de contração de empréstimos de
MLP, tem de respeitar o cumprimento do limite de endividamento líquido para 2013, cujos
valores se encontram disponíveis neste Portal.**

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Rateio nos 3 e 8 art.º 98.º OE/2013
AVEIRO	ILHAVO	0
FARO	LAGOA	2.547.614
R. A. AÇORES	LAGOA (AÇORES)	137.830
FARO	LAGOS	1.568.259
R. A. AÇORES	LAJES DAS FLORES	310.241
R. A. AÇORES	LAJES DO PICO	0
VISEU	LAMEGO	772.791
LEIRIA	LEIRIA	798.144
LISBOA	LISBOA	37.693.835
FARO	LOULÉ	2.469.359
LISBOA	LOURIS	9.382.887
LISBOA	LOURINHÃ	0
COIMBRA	LOUSÃ	558.991
PORTO	LOUSADA	1.314.658
SANTARÉM	MAÇÃO	958.562
BRAGANÇA	MACEDO DE CAVALEIROS	63.611
R. A. MADEIRA	MACHICO	0
R. A. AÇORES	MADALENA	303.846
LISBOA	MAFRA	3.695.746
PORTO	MAIA	1.369.889
VISEU	MANGUALDE	81.681
GUARDA	MANTEIGAS	279.197
PORTO	MARCO DE CANAVESES	0
LEIRIA	MARINHA GRANDE	1.748.531
PORTALEGRE	MARVÃO	510.007
PORTO	MATOSINHOS	7.064.901
AVEIRO	MEALHADA	1.043.327
GUARDA	MEDA	407.254
VIANA DO CASTELO	MELGAÇO	393.941
BEJA	MÉRTOLA	1.022.989
VILA REAL	MESÃO FRIO	0
COIMBRA	MIRA	670.846
COIMBRA	MIRANDA DO CORVO	506.419
BRAGANÇA	MIRANDA DO DOURO	547.285
BRAGANÇA	MIRANDELA	327.671
BRAGANÇA	MOGADOURO	1.032.452
VISEU	MOIMENTA DA BEIRA	446.861
SETÚBAL	MOTA	0
VIANA DO CASTELO	MONÇÃO	342.112
FARO	MONCHIQUE	1.266.199
VILA REAL	MONDIM DE BASTO	0
PORTALEGRE	MONFORTE	295.028
VILA REAL	MONTALEGRE	1.088.221
ÉVORA	MONTemor-O-NOVO	2.327.885
COIMBRA	MONTemor-O-VELHO	0
SETÚBAL	MONTIJO	1.357.996
ÉVORA	MORA	918.104
VISEU	MORTÁGUA	494.516
BEJA	MOURA	758.840
ÉVORA	MOURÃO	0
VILA REAL	MURÇA	0
AVEIRO	MURTOSA	573.095
LEIRIA	NAZARÉ	278.040
VISEU	NELAS	0
PORTALEGRE	NISA	301.399
R. A. AÇORES	NORDESTE	291.887
LEIRIA	ÓBIDOS	549.556
BEJA	ODEMIRA	1.636.212

Rateio do endividamento de médio e longo prazo ao abrigo do previsto no n.º 3 e n.º 8 do art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013

A utilização do valor resultante do rateio, para efeitos de contração de empréstimos de MLP, tem de respeitar o cumprimento do limite de endividamento líquido para 2013, cujos valores se encontram disponíveis neste Portal.

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Rateio n.os 3 e 8 art.º 98.º OE/2013
LISBOA	ODIVELAS	3.728.180
LISBOA	OEIRAS	15.327.708
CASTELO BRANCO	OLEIROS	838.160
FARO	OLHÃO	492.133
AVEIRO	OLIVEIRA DE AZEÍMEIS	0
VISEU	OLIVEIRA DE FRADES	325.582
AVEIRO	OLIVEIRA DO BAIRRO	442.879
COIMBRA	OLIVEIRA DO HOSPITAL	813.845
SANTARÉM	OURÉM	639.959
BEJA	OURIQUE	0
AVEIRO	OVAR	2.413.823
PORTO	PAÇOS DE FERREIRA	671.587
SETÚBAL	PALMELA	893.176
COIMBRA	PAMPILHOSA DA SIERRA	1.060.296
PORTO	PAREDES	2.668.456
VIANA DO CASTELO	PAREDES DE COURA	857.280
LEIRIA	PEDRÓGÃO GRANDE	239.506
COIMBRA	PENACOVA	1.281.309
PORTO	PENAFIEL	1.663.184
VISEU	PENALVA DO CASTELO	609.109
CASTELO BRANCO	PENAMACOR	787.946
VISEU	PENEDONO	805.918
COIMBRA	PENELA	0
LEIRIA	PENICHE	1.138.142
VILA REAL	PESO DA RÉGUA	496.351
GUARDA	PINHIEL	750.091
LEIRIA	POMBAL	2.823.824
R. A. AÇORES	PONTA DELGADA	945.880
R. A. MADEIRA	PONTA DO SOL	441.548
VIANA DO CASTELO	PONTE DA BARCA	388.590
VIANA DO CASTELO	PONTE DE LIMA	2.971.733
PORTALEGRE	PONTE DE SOR	1.788.250
PORTALEGRE	PORTALEGRE	0
ÉVORA	PORTEL	787.198
FARO	PORTIMÃO	1.085.414
PORTO	PORTO	16.485.834
LEIRIA	PORTO DE MÓS	998.515
R. A. MADEIRA	PORTO MONIZ	0
R. A. MADEIRA	PORTO SANTO	622.105
BRAGA	PÓVOA DE LANHOSO	963.532
PORTO	PÓVOA DE VARZIM	1.715.161
R. A. AÇORES	POVOAÇÃO	153.740
CASTELO BRANCO	PROENÇA-A-NOVA	465.972
ÉVORA	REDONDO	885.577
ÉVORA	REGUENGOS DE MONSARAZ	98.223
VISEU	RESENDE	319.921
R. A. MADEIRA	RIBEIRA BRAVA	0
VILA REAL	RIBEIRA DE PENA	377.556
R. A. AÇORES	RIBEIRA GRANDE	610.895
SANTARÉM	RIO MAIOR	78.378
VILA REAL	SABROSA	513.025
GUARDA	SABUGAL	624.113
SANTARÉM	SALVATERRA DE MAGOS	715.700
VISEU	SANTA COMBA DÃO	0
R. A. MADEIRA	SANTA CRUZ	0
R. A. AÇORES	SANTA CRUZ DA GRACIOSA	216.842
R. A. AÇORES	SANTA CRUZ DAS FLORES	357.844
AVEIRO	SANTA MARIA DA FEIRA	2.919.182



**Rateio do endividamento de médio e longo prazo ao abrigo do previsto no n.º 3 e n.º 8 do
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

A utilização do valor resultante do rateio, para efeitos de contração de empréstimos de
MLP, tem de respeitar o cumprimento do limite de endividamento líquido para 2013, cujos
valores se encontram disponíveis neste Portal.

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Rateio n.os 3 e 8 art.º 98.º OE/2013
VILA REAL	SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	159.508
R. A. MADEIRA	SANTANA	0
SANTARÉM	SANTARÉM	43.033
SETÚBAL	SANTIAGO DO CACÉM	539.942
PORTO	SANTO TIRSO	1.625.992
FARO	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	532.538
AVEIRO	SÃO JOÃO DA MADEIRA	574.300
VISEU	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	89.138
VISEU	SÃO PEDRO DO SUL	738.522
R. A. AÇORES	SÃO ROQUE DO PICO	383.208
R. A. MADEIRA	SÃO VICENTE	11.557
SANTARÉM	SARDOAL	207.219
VISEU	SÁTÃO	778.101
GUARDA	SEIA	0
SETÚBAL	SEIXAL	638.335
VISEU	SERNANCELHE	571.361
BEJA	SERPA	673.532
CASTELO BRANCO	SERTÃO	1.240.177
SETÚBAL	SESIMBRA	1.467.469
SETÚBAL	SETÚBAL	0
AVEIRO	SEVER DO VOUGA	0
FARO	SILVES	488.411
SETÚBAL	SINES	204.678
LISBOA	SINTRA	10.592.645
LISBOA	SOBRAL DE MONTE AGRADO	518.514
COIMBRA	SOURIE	557.304
PORTALEGRE	SOUSEL	165.953
COIMBRA	TÁBUA	398.342
VISEU	TABUAÇO	0
VISEU	TAROUCA	0
FARO	TAVIRA	1.059.716
BRAGA	TERRAS DE BOURO	554.893
SANTARÉM	TOMAR	617.159
VISEU	TONDELA	1.793.862
BRAGANÇA	TORRE DE MONCORVO	0
SANTARÉM	TORRES NOVAS	18.687
LISBOA	TORRES VEDRAS	966.107
GUARDA	TRANCOSO	438.308
PORTO	TROFA	0
AVEIRO	VAGOS	910.656
AVEIRO	VALE DE CAMBRA	0
VIANA DO CASTELO	VALENÇA	570.274
PORTO	VALONGO	1.983.090
VILA REAL	VALPAÇOS	1.345.022
R. A. AÇORES	VELAS	604.275
ÉVORA	VIENDAS NOVAS	446.872
ÉVORA	VIANA DO ALENTEJO	794.411
VIANA DO CASTELO	VIANA DO CASTELO	1.564.918
BEJA	VIDIGUEIRA	490.758
BRAGA	VIEIRA DO MINHO	603.704
CASTELO BRANCO	VILA DE REI	383.300
FARO	VILA DO BISPO	843.506
PORTO	VILA DO CONDE	2.445.711
R. A. AÇORES	VILA DO PORTO	711.511
BRAGANÇA	VILA FLOR	815.861
LISBOA	VILA FRANCA DE XIRA	2.855.358
R. A. AÇORES	VILA FRANCA DO CAMPO	0
SANTARÉM	VILA NOVA DA BARQUINHA	180.552

**Rateio do endividamento de médio e longo prazo ao abrigo do previsto no n.º 3 e n.º 8 do
art.º 98.º do Orçamento do Estado para 2013**

A utilização do valor resultante do rateio, para efeitos de contração de empréstimos de
MLP, tem de respeitar o cumprimento do limite de endividamento líquido para 2013, cujos
valores se encontram disponíveis neste Portal.

Ordenação por município

Un.: euros

Distrito/RA	Município	Rateio n.os 3 e 8 art..º 98.º OE/2013
VIANA DO CASTELO	VILA NOVA DE CERVEIRA	293.375
BRAGA	VILA NOVA DE FAMALICÃO	3.260.731
GUARDA	VILA NOVA DE FOZ COA	1.070.103
PORTO	VILA NOVA DE GAIA	1.905.659
VISEU	VILA NOVA DE PAIVA	234.722
COIMBRA	VILA NOVA DE POIARES	0
VILA REAL	VILA POUCA DE AGUIAR	1.169.622
R. A. AÇORES	VILA PRAIA DA VITÓRIA	0
VILA REAL	VILA REAL	802.079
FARO	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	296.116
CASTELO BRANCO	VILA VELHA DE RÓDÃO	759.586
BRAGA	VILA VERDE	1.149.573
ÉVORA	VILA VIÇOSA	411.295
BRAGANÇA	VIMIOSO	799.443
BRAGANÇA	VINHAI	1.285.133
VISEU	VISEU	2.307.918
BRAGA	VIZELA	456.229
VISEU	VOUZELA	0
TOTAL		362.265.522

Fonte de informação: Aplicação informática SHAL.

Dados extraídos a 14-06-2013





PONTO Nº 17

MUSEU IBÉRICO

RECLASSIFICAÇÃO DE ISILDA JANA NA CARREIRA TÉCNICA SUPERIOR

Declaração de voto (CONTRA)

22 de Julho de 2012



Como todos estamos recordados, no dia 3 de Maio de 2010, no programa "Radiografia" da RAL, o dr. Alves Jana afirmou o seguinte:

«(...) Há um outro problema, este muito mais complicado, mais polémico e que vai dar que falar. É assim... Grande parte das peças que, segundo sei, porque eu nunca vi a colecção, mas segundo sei fazem parte desta colecção não podiam fazer parte. Portanto há aqui um mistério, há aqui um mistério que vai dar muito que falar. Se é verdade que as peças de que tenho ouvido falar fazem parte daquela colecção, aquelas peças não podiam estar nas mãos do senhor Estrada, mas estão. Estão, porquê? Porque alguém lhas vendeu, o que significa que (agora sou eu a tirar conclusões), significa que alguns arqueólogos que fizeram escavações e descobriram peças preciosíssimas, em vez de as declararem ao legítimo proprietário que é o Estado português, as venderam por fora. Certo? E portanto nós vamos assistir e esse será uma das revoluções... (...) Eu não me admiro nada... Eu tenho a certeza que isto vai dar uma guerra civil mas que não vai envolver necessariamente o senhor Estrada, vai envolver a Arqueologia portuguesa. Certo? Ou seja, neste momento, também não tenho dúvidas nenhuma que deve haver gente a tremer de alto a baixo e deve haver forças a movimentarem-se para: ponto um, que este museu nunca seja feito, para que esta colecção nunca seja vista por ninguém; ponto três, quatro ou dez, que nunca ninguém saiba de onde é que aquelas peças vieram, porque se se vier a descobrir... eh pá, descobre-se não apenas de onde é que vieram as peças, mas muito mais acerca de muita gente que andou a fazer escavações nestes séculos... nestes séculos, não... nestas décadas passadas. Tenho a certeza de que este vai ser um problema levantado.» (vide acta da câmara de 10/5/2010)

Ou seja, o dr. Alves Jana, mostrando perfeito conhecimento do assunto, disse textualmente que houve arqueólogos que se apropriaram indevidamente de obras preciosíssimas do Estado português («descobriram peças preciosíssimas e em vez de as



declararem ao legítimo proprietário que é o Estado português, as venderam por fora») e que o senhor Estrada as adquiriu («aquelas peças não podiam estar nas mãos do senhor Estrada, mas estão. (...) Porque alguém lhas vendeu»).

E, mais grave, ainda, disse-o publicamente, apresentando estes factos como dados inquestionáveis e com a noção absoluta da sua gravidade («Eu tenho a certeza que isto vai dar uma guerra civil»; «neste momento, também não tenho dúvidas nenhuma que deve haver gente a tremer de alto a baixo»).



Acresce que o dr. Alves Jana não é uma pessoa qualquer que nos leve a pensar que se limitou a divulgar um boato que ouviu no café, o que só por si já seria muito grave.

O dr. Alves Jana, para além de ter sido vereador socialista, era e é o marido de Isilda Jana, a pessoa que melhor conhece a colecção.

Ora, face a uma denúncia pública de uma gravidade extrema, proferida por tão insigne e bem informado socialista, sobre a forma como "peças precocíssimas" passaram a integrar a colecção proferida, como reagiu o Município e a dr.^a Isilda Jana? Apresentaram queixa contra o putativo caluniador? Exigiram publicamente a sua retractação pública? Deram uma conferência de imprensa para denunciar a calúnia e esclarecer os munícipes? Distribuíram um comunicado à imprensa?

NÃO! Calaram-se, pura e simplesmente, bem sabendo que, num caso com estes contornos, "quem cala consente".

Tanto mais que, por muito menos, a Câmara deu uma conferência de imprensa, apresentou queixa-crime e distribuiu um comunicado à imprensa. Referimo-nos, obviamente, ao recente panfleto dos Bombeiros que não tem, nem de perto, nem de longe, nada que se compare em gravidade às declarações do dr. Alves Jana.

Acresce que, da mesma forma que um advogado não pode representar um cliente, se a sua esposa vem para a rádio destruir a sua reputação, denunciando factos ilícitos praticados por este, também a dr.^a Isilda Jana não tem condições para estar à frente de um projecto, após aquelas declarações públicas do seu marido que não foram sequer desmentidas por ela.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra esta deliberação.

21
W

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2013/07/22

PROCESSO				REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	tipo	Número	Data						Número	Tip	Data
04.01	08000082	2008/02/06	LICOR	08000375	2008/02/06	0153031948		ROSA RODRIGUES SAMOUCO RUA DA FONTE DO RIBEIRO N.º 308		construção OUTROS... RUA DA FONTE DO RIBEIRO N.º 308 MARTINCHIEL	13000203	DES	2013/07/12
						CM00011884				2013/07/09: Aprovado projeto nos termos propostos.			
04.06	09000521	2009/10/26	LICOR	09002023	2009/10/26	0503048380		MAMADE-CONSTRUCO E MOVEIS, LDA AV. ANTONIO FARINHA PEREIRA EDIFICIO MAMADE		construção moradia urbanização do Tapado, Lote 5 Alferrade	13000198	DES	2013/07/10
						CM00000289				2013/07/09: Admita-se a comunicação prévia.			
04.03	10000258	2010/06/28	RJE	10001138	2010/07/05	0120575450		JOAO SERAFIM DE MATOS LERIAS PRACETA ARQUIDIAZAO DA MADEIRA, BLOCO L, N.º 53, 4.º G		construção Moradia e anexo Rua dos Muros Brancos Cabrito	13000200	DES	2013/07/10
						CM00014189				2013/07/09: Admita-se a comunicação prévia.			
06.04	10000342	2010/08/23	LICOR	10001495	2010/08/23	0500773289		SOLIDARIEDADE SACERDOTAL DA DIOCESE RUA PROFESSOR SILVA LEITAO, N.º 9		alteração Garagem Rua da Fonte de São José Alferrade	13000195	DES	2013/07/10
						CM000007174				2013/07/04: Admita-se a comunicação prévia.			

*** processado por computador ***
 *** sistemas informaj ***

78

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 22.07.2013

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG8268/2012	08.05.2012	118588290 / 18311	José Perpétua Serrano Rodrigues / Rua do Serrado, n.º 403 - Coalhos - Pego	Alteração, legalização de moradia unifamiliar e anexo / Rua do Serrado, n.º 403 - Coalhos - Pego	Despacho	04.07.2013	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos e com o condicionamento sugerido pela Srª Chefe da DOGU.
PG6641/2012	10.04.2012	203443918 / CM2195	Alvaro Ferrão da Silva / Rua da Gonçalves - Chainça - São Vicente	Construção de habitação unifamiliar com destaque de parcela / Rua Vale de Morenas - Chainça - São Vicente	Despacho	04.07.2013	Deferida licença, nos termos sugeridos pela DOGU.
PG4740/2012	09.03.2012	122480546 / 14323	Francisco Manuel de Matos Paisana / Travessa 14 de Julho, n.º 40 - Abrantes	Legalização de alteração em moradia e muro de vedação / Travessa 14 de Junho, n.º 40 - Abrantes	Despacho	04.07.2013	Admitida Comunicação Prévia, nos termos e com o condicionamento sugeridos pela Srª Chefe da DOGU.
PG6576/2013	22.04.2013	510656560 / CM8372	Gaspar Esteves Unipessoal, Lda. / Rua das Concheiras n.º 29 - Rio de Moinhos	Alteração de Casa de Campo / Pátio da Eira Velha - Aldeia do Mato	Despacho	08.07.2013	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica
PG6903/2013	29.04.2013	250182483 / CM8390	Filipa Alexandra Ruivo dos Santos / Rua da Barca n.º 133 - Pego	Construção de edifício destinado a comércio / Pego	Despacho	09.07.2013	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica
PG7577/2012	24.04.2012	182453553 / CM2232	Virginia Angélica Marques Dias / Rua Principal - Abrançalha de Baixo - São Vicente	Remodelação de arrecadação/garagem - Rua Pequena, Abrançalha de Baixo, São Vicente	Despacho	09.07.2013	Deferida licença, nos termos sugeridos pela DOGU.